

TRABALHO E EXCLUSÃO

O mundo dos peões "rodados" na Amazônia

Vitale Joaoni Neto *

Nosso DNA mais profundo é a esperança

O TRABALHO (ANÁLOGO AO) ESCRAVO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Quando Dom Pedro Casaldáliga divulgou sua primeira carta pastoral como Arcebispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (Casaldáliga, 1971), impôs um desafio aos estudiosos da sociedade brasileira. A Amazônia, nesse período, alvo privilegiado das ações do Governo Militar, passou a sofrer um processo estimulado de ocupação por migrantes do Sul, naquilo que ficou conhecido como processo de colonização e que se propunha como substitutivo à reforma agrária. Todavia, um grande número de migrantes do Nordeste veio em busca de trabalho nas agropecuárias que se estabeleciam por toda a região.

Os incentivos de organismos governamentais como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) atraíram para a Amazônia (e para o Mato Grosso em particular), centenas de empresas com projetos variados. No caso do Araguaia matogrossense, empresas aparentemente distantes do setor da pecuária (Indústrias de automóveis, Bancos e ligadas ao setor de telecomunicações), adquiriram grandes áreas na região, passando a desmatá-las para iniciar a

criação de gado bovino.

Foi nesse contexto que expressões como "gato", "peão", "empreita" e "escravidão por dívida", entre outras, ganharam sentido e aos poucos se tornaram objeto de estudo por parte de um contingente crescente de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, naquele momento, porém, buscando o melhor entendimento do fenômeno contemporâneo.

No início dos anos 1970, no Araguaia matogrossense, a mão-de-obra vinha do nordeste brasileiro e de Goiás. Segundo Casaldáliga, os métodos de recrutamento eram as promessas de bom trabalho e remuneração justa, feita geralmente por "gatos" que assumiam os trabalhos nas fazendas sob o regime de "empreita", uma forma de terceirização que pretendia isentar o fazendeiro das arbitrariedades que sabidamente o gato cometia.

Os trabalhadores aliciados, chamados "peões" na região, entre os quais muitos menores com até 13, 14 anos, eram transportados até o local dos serviços e uma vez lá, eram obrigados a pagar pelo transporte, ferramentas, alimentos que ficavam disponíveis no barracão da fazenda a preços exorbitantes, tinham que construir seus próprios barracos no meio da mata para não dormir ao relento, sofriam com a altíssima

incidência de malária e tinham que pagar pelo eventual uso de medicamentos. Muitos morriam anônimos.

Os pagamentos eram efetuados como e quando o gato queria, muitas vezes apenas com vales que eram uma maneira de prender o trabalhador, fato que gerava um comércio paralelo desses papéis, alguns vendidos pela metade do que valiam. Inútil denunciar tais crimes à polícia militar, freqüentemente conivente com as irregularidades, ou quando não, impotente para enfrentar os interesses dos fazendeiros da região. Ao fim dos trabalhos, os peões eram largados nas vilas e tinham que arcar com as despesas de sua volta para sua região de origem. Considerados pelos moradores locais como inferiores, muitos assumiam essa identidade, passando a viver entre períodos de trabalho forçado nas fazendas (que podiam chegar a cinco meses), e períodos de folga nas vilas à espera do próximo trabalho, permanecendo em locais públicos (praças, ruas, terminal rodoviário), reconhecidos como de concentração desse tipo de trabalhadores e aos quais os "gatos" e proprietários de terra recorriam quando precisavam de sua mão-de-obra. Seu círculo social estava restrito aos "seus iguais", andarilhos, pedintes e prostitutas, todos considerados "gente da mesma classe" (Martins,

1998, p.706). Tal resignação e apatia só se explicam pelo fatalismo sedimentado em gerações de brasileiros desprovidos de qualquer direito, expatriados ao nascer, aos quais a nação deu as costas.

Durante a década de 1980, no noroeste de Mato Grosso, vários casos foram denunciados. Famílias inteiras foram trazidas do Paraná, onde tinham casa e vida própria, atraídas por ofertas de empregos, e que ao se verem dentro das propriedades, presas e submetidas pela força de armas, aviltadas em sua integridade e dignidade, vendo seus entes queridos ameaçados, expostos à fome e obrigados ao trabalho forçado, pouco puderam fazer. Somente na região de Vilhena (RO), 239Km de Juina (MT), em 1983, em um único mês foram denunciados quatro mil casos de trabalho escravo (CIMI, 1988, p.56). Nos relatos sobre essas experiências vemos medo, o desconhecimento de direitos que, aliás, não fazem nenhum sentido para essas pessoas, a vergonha diante de humilhações sofridas. Não é fácil para essas pessoas narrarem essa experiência. No entanto, quando isso ocorre, é possível sentir sua intensidade:

Foi gente daqui [...] que trabalhava, foi no Paraná buscá gente [...] veio umas 18 famílias [...] trabalhá em serraria [...] numa fazenda. Foi pra lá que nós viemo [...] eu vim contra a vontade e tô aqui até hoje também [...] nós ia juntá dinheiro cõ rodo [...] meu Deus... até hoje nós não temo nada [...] tinha o mercado da firma nessa fazenda, então eles vendiam pra gente o preço que eles queriam [...] no pagamento, final do mês você ia lá não tinha nada porque você tava devendo tudo no mercado [...] entrou eu e minha irmã também trabalhá pra ajudá o marido, pra vê se no final do mês nós tinha o que

recebê na firma, mas chegava lá era zero engolindo zero e nós não tinha nada [...] era só o feijão, o arroz, que tinha, o sal e o açúcar [...] todo mundo comprava pouco pra ver se no final do mês tinha alguma coisa pra recebê [...] tinha leite na fazenda, mas eles não vendia pros empregado, as crianças queria tomá leite, não tinha jeito de dá porque eles não vendia [...] a minha casa [no Paraná] casa de pobre, mas eu tinha casa pra morá, era minha mesmo, tinha banheiro dentro de casa, tinha luz, água encanada, um quintal grande, era uma casa bonita, tinha três quartos, sala, cozinha, dispensa, área, era uma casa gostosa; onde o marido teve a idéia de botá tudo fora pra vim pra cá [...] o que me aconteceu de bom aqui [em Juina, na zona urbana] foi que eu não passei necessidade como eu passava, só isso mesmo, que outra coisa... [a pesquisadora perguntou: "quanto tempo ficaram na fazenda?"] cinco anos, sofremo até não querê mais... (Depoimento. Juina, 26 set. 2000).

As ações do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego têm demonstrado que a prática do uso do trabalho escravo em atividades como a "cata de raízes", construção ou reforma de cercas, desmatamento, entre outras tarefas, é ainda comum no Estado. É possível notar pelo relato acima que não se trata apenas de descumprimento de leis trabalhistas. Essas pessoas são atingidas em sua dignidade e lesadas em seus direitos fundamentais. Chama-nos a atenção o tom não de indignação, mas de resignação na fala dessa pessoa. Ela poderia se lamentar dos salários e direitos não recebidos, poderia bradar contra a injustiça de que foi vítima, mas sua memória remete à promessa de riqueza que iludiu o marido como uma ponte que leva à busca das razões da vinda para o Mato

Grosso; à dureza do cotidiano de trabalho na serraria, à dor da mãe em não poder atender ao desejo dos filhos de tomar leite. Seus sonhos remetem teimosamente ao passado, à casa que ainda é sua, pois é mantida em sua memória, preservada como algo caro, terno, sinal de um tempo, talvez mitigado pela memória, que ela apresenta como feliz.

TRABALHO E MIGRAÇÃO

A migração para o trabalho sazonal em Mato Grosso é fenômeno concomitante ao processo de ocupação da faixa norte do Estado para ocupar postos de trabalho abertos nas propriedades agrícolas que se estabeleciam dentro dos projetos de colonização naquele momento (basicamente o período posterior a 1970).

Os Estados do Nordeste foram os grandes fornecedores dessa mão-de-obra. As rodovias federais abertas na Amazônia funcionaram como corredores migratórios, estimulando a busca dessas áreas. Apenas a título de exemplo, um levantamento entre estes trabalhadores no Piauí demonstrou que 71% têm renda familiar de menos de um salário mínimo; 93% dos que migram são homens; 51,7% são analfabetos ou possuem o primeiro nível do ensino fundamental; 90,8% migram para o trabalho temporário e apenas 23% declararam ter saído uma única vez, entre 1999 e 2004, para esse trabalho.

A grande motivação para a saída é a necessidade de dinheiro para sustentar a família (43,3%), ou a falta de trabalho no local (52,2%). Os destinos mais visados são os Estados do Centro-Oeste (55,6%) e as atividades realizadas estão em grande parte ligadas ao meio rural (83,9%), sendo que a cana-de-açúcar, no caso desses trabalhadores é um grande atrativo (64%).

Um dado que chama a atenção é que 31,9% dos entrevistados declararam migrar mediante o pagamento de um adiantamento do “gato”, um forte indicador de aliciamento, primeiro passo para enredar o trabalhador na teia do trabalho escravo contemporâneo (CPT/PI; FETAG/PI; Pastoral do Migrante e DRT/PI, nov. 2004).

Nas pesquisas em campo, encontramos com relativa facilidade famílias de migrantes provenientes do nordeste do Brasil com perfil próximo ao indicado na pesquisa citada. Famílias errantes que trazem em suas trajetórias as marcas de uma busca incessante por dignidade e trabalho, submetendo-se para isso a provações dificilmente compreensíveis para quem olha para este mundo de fora. Encontramos em Juina (MT), um exemplo marcante. Uma família de cearenses que, impelida a sair de sua terra, viu-se envolvida pelo grande fluxo migratório existente em nosso país e, como retirantes do século XXI foram trazidos para o noroeste de Mato Grosso. Seu relato está permeado de passagens fantásticas, produto dos múltiplos olhares que compõem esse submundo. Das dezenas de páginas transcritas, separamos um fragmento que trata da trajetória desde Barbalha no Ceará, até Juina, num retrato vivo desse grande organismo dentro do qual se dá o deslocamento populacional.

... às vezes achava um cacau na estrada e depois achava assim uma coisa verde, comia e bebia a água, aquelas água quente do meio da estrada [...] achava caça morta no meio da estrada, a gente só pelava e comia... (Depoimento. Juina, 23 out. 2000).

Impossível identificar o percurso descrito por seu Antonio e sua família. Ele tem nexos próprios. Os caminhos que

nos acostumamos a ver nos mapas, o sentido e a orientação que seguimos em nossos deslocamentos não cabem em seu relato, que expõe de modo cru um mundo de trabalho familiar árduo, de renda de centavos, de nenhuma posse, mesmo o sentido de pertencimento a um lugar lhe foi tirado; de alimentar-se quando e daquilo que for possível, mesmo que a identificação do alimento pareça incerta, “*a coisa verde*” ou a “*caça morta*”, expõe a necessidade levada ao extremo.

A comunidade católica de Juina se organizou para acolher essa família cedendo-lhe casa, móveis, roupas e trabalho. Poucos meses depois eles largaram tudo e se puseram novamente no caminho. Estamos diante da absolutização da desterritorialização. A ampla miséria vivida na origem, as claras pistas da condição de deserdados os iguala a outros tantos milhões pelo país. Estas pessoas são desprovidas de suas memórias, de seu passado reduzido à inutilidade no constante caminhar. Suas ações são comandadas pelo futuro. O passado é um lugar distante e não contamina sua rotina de diários encontros com o estranhamento, com o sempre novo e sempre difícil. Pela expectativa do que virá. Não existe ponto de partida e ponto de chegada, só o trajeto. As cidades, os empregos e os contatos, não são mais que meios, para continuarem sua eterna rota.

São os “redundantes”, na expressão de Bauman (2005, p.20). Pessoas de quem o mundo moderno deixou de precisar. Sua força de trabalho constitui-se de uma mercadoria inferior, de baixo padrão. Ao contrário do exército de reserva de mão-de-obra, com quem o capitalismo contava para uma possível inserção, os redundantes são o refugio, sobrevivem dos “benefícios” destinados pelos Governos.

Nenhum objeto é ‘refugio’ por suas qualidades intrínsecas, e nenhum pode *tornar-se* refugio mediante sua lógica interna. É recebendo o papel de refugio nos projetos humanos que os objetos materiais, sejam eles humanos ou inumanos, adquirem todas as qualidades misteriosas, aterrorizantes, assustadoras e repulsivas relacionadas acima. (Bauman, 2005, p.32).

Seria ingenuidade pensar que essa condição é mera construção teórica, que essas pessoas a desconhecem. Conhecem e expressam suas opiniões e análises quando nos dispomos a ouvi-las. Seus relatos falam de um mundo de carências profundas, de violências em múltiplas faces, mas longe de serem vítimas, aprenderam a viver nessa estreita fronteira que os separa do *mundo*. Nosso mundo, com sua organização específica, traçou normas, leis. Estas constroem espaços circunscritos e por extensão, dão existência à margem, o lugar dos excluídos de hoje.

Em um contato com uma dessas pessoas, pudemos conversar longamente sobre sua vida, seu trabalho, partilhar de sua memória acerca do mundo visto por ele, marcado por violências cotidianas, estratégias de sobrevivência aprendidas no contato com os desafios diários, relatos de enfrentamentos que valorizam a coragem e a força, valores entre os membros desse mundo:

Eles tentaro me matá. [...] Pra me cortá o pescoço no dia de Natal lá, eles riscaro o meu pescoço. Aí cortaro essa veia aqui, aqui, um risco aqui, mas não conseguio me segurá não. Porque quando vi facão, revólver, fiquei bravo demais. De cinco, aí não puderam, vieram nove, aí ficô uns dois alejado, internado. Mas funciona assim, todo mundo vendo.... (Depoimento colhido no

Centro de Pastoral para o Migrante em Cuiabá em 30 mar. 2007).

O narrador se impõe pela retórica do valente. Ameaçado, enfrenta nove homens, deixa dois fora de combate. Em seu mundo não se pode ter medo ou não se pode demonstrar tê-lo. Não há lugar para fraquezas, menos ainda para comiseração. A luta travada contra o inimigo é a luta pela vida, os riscos cotidianos não são menores que os retratados em sua fala.

Em outra passagem de sua narrativa, ele expõe de modo simples, como trabalhadores se tornam peões rodados. No caso dele, tornou-se um “sem terra”, agrupou-se a outros acampados em área de conflito no Araguaia. Mas sua reflexão sobre como ocorre essa passagem e suas conseqüências para os envolvidos é marcante e lúcida, não apenas pela clareza, mas pela compreensão acerca da degradação da pessoa e dos efeitos disso:

A roupa vai acabando, a dignidade da pessoa vai acabando, a vergonha, a pessoa quando entra no Sem Terra a primeira vez, tem vergonha de carregá uma cesta, um homem forte, às veis, que nem nós aqui com uma cesta do governo, quantas criança com fome, um que mereceria comer como no Nordeste ou como numa favela. Um Sem Terra forte carregando uma cesta e o Governo Federal pagando, isso é uma vergonha. [e logo em seguida arremata] ... é mais fácil o homem virá um Sem Terra do que um Sem Terra virá homem... (Depoimento colhido no Centro de Pastoral para o Migrante em Cuiabá em 30 mar. 2007).

Vale notar que em seu relato ele troca os papéis e atribui aos nordestinos e favelados (termos genéricos e próprios do senso comum),

as necessidades que a sociedade atribui também a ele, dessa forma seu discurso vitimiza os outros e se culpabiliza com extremo rigor. Um “homem forte”, que tenha brio, deve conseguir viver do suor de seu trabalho. Viver dos favores e da piedade dos outros é inconcebível.

Quando se torna um “rodado”, um peão sem rumo, que migra de empreita em empreita, vivendo em pensões “peoneiras” ou mesmo em praças ou ruas à espera do “gato”, o trabalhador atravessa a fronteira da dignidade humana e se expõe a toda sorte de exploração. Desconsiderado socialmente, usado por sua capacidade de trabalho, o que mostra de si aos outros é a força e a valentia dentro do grupo, sem o que não consegue sobreviver. Como estratégia, esconde-se na bebida, na droga, na falta de cuidados com seu corpo, na atitude agressiva para com aqueles que teimam em lhe dirigir o olhar.

É apenas quando conseguimos ouvi-los que se rompe o disfarce e aparece a pessoa e sua história:

Eu tô aqui há um ano e oito mês sem vê meu filho, minha mulher, minha filha, tá vivendo de favor. Não tá de favor porque minha família tá mais ou menos no Rio Grande do Sul, mas eu voltá pra lá desse jeito com o saco nas costa? Volto não! [...] Meu filho tá com 15 anos, fazendo técnico agrícola, 2º ano [...] Não. Não volto [...] Não. Depois que sai, não. É melhor não saí, ficá em grupo ou (pausa) ...depois que sai e voltá com problema, não! (Depoimento colhido no Centro de Pastoral para o Migrante em Cuiabá em 30 mar. 2007).

Pode ser de difícil compreensão que uma pessoa que tenha uma vida organizada, mesmo que marcada pela necessidade econômica, abra mão disso por orgulho, mas essa explicação

aparece com freqüência entre esses trabalhadores. Uma vez migrados, eles recusam voltar para suas casas e para o convívio de seus familiares quando a viagem não deu o resultado esperado, mesmo que a responsabilidade pelo insucesso não lhe caiba. Se o endividamento na empreita consumiu seu salário, se a fatalidade de uma malária o atingiu e o obrigou a gastos maiores, qualquer que seja a razão, é freqüente ouvir em seus relatos que sem o dinheiro buscado, não voltam. Preferem rumar para outra empreita na expectativa de juntar algum recurso.

Bastante lúcida é a percepção sobre os locais nos quais terão chances de trabalho. Sabem que nas áreas já abertas, mecanizadas, os espaços profissionais estão tomados. Sabem que, mesmo enfrentando as situações descritas acima, a fronteira é o lugar aonde ainda tem espaço:

No Sul hoje, com o que eu sei fazê, eu não me arriscava. Eu não trabalho mais lá. Não tenho mais mercado de trabalho. E aqui eu tenho. [...] Aqui o meu trabalho eu já não posso mais fazê isso, mas no Pará eu posso, no Amazonas eu posso, no Acre, pra lá, pra qualquer lugar aonde tá difícil. Onde tá a malária, aonde tá o pistolêro, onde tá o gato, onde tá o povo é aonde o peão vai achá o serviço, porque o que é especializado não vai querê tá nesse meio. Então vai essas pessoas menos capacitada. Por isso que o pessoal diz: - mas vem do Maranhão. Aquilo tudo é gente de coragem. Que o que não tem coragem de estabilizá não vem. Vem aquele que tá com problema lá no Piauí, no Maranhão, no Tocantins, então ele vem pra cá pra enfrentá a vida e a maioria não volta. Por algum motivo uns morre. Outros fica com vergonha de voltá, que ele acha que veio pra ganhá um dinheirão, acaba não ganhando nada e cada vez vai tocando a cara mais pra frente que

nunca mais volta. E nunca ninguém sabe dele. Nunca mais dá notícia. (Depoimento colhido no Centro de Pastoral para o Migrante em Cuiabá em 30 mar. 2007).

Esta é uma visão da fronteira como área de limite da sobrevivência, periferia, local reservado aos sub-qualificados. Uma reprodução em proporção nacional da realidade encontrada na maioria de nossas cidades. Essa margem é o local do redundante e o narrador acima se mostra consciente dessa condição.

Uma síntese da situação dos trabalhadores migrantes nessas áreas de fronteira. Estão ali não por opção, mas por imposição. Os estudos da CPT do Piauí demonstram claramente que a maioria (95,5%), dos que viajam o fazem por falta de alternativa financeira e destes, 56% viajam com grupos de trabalhadores contratados por empresas ou aliciados por empreiteiros. Muitos caem nesse círculo das migrações, outros migram para cidades maiores em busca de trabalho e outros ainda retornam para seus Estados para migrar no próximo ano.

A Grande Cuiabá possui um cinturão de miséria à sua volta. Em Várzea Grande (MT), município desta região com pouco mais de 200 mil habitantes, 41% da população está nesta condição; 25% da população do Estado vive com R\$ 80,00 por mês ou menos (*Folha do Estado*, Cuiabá, 1º set. 2002, p.22). As taxas de abandono do ensino fundamental chegam a 29%; famílias desestruturadas vivem em barracos feitos com pedaços de madeira. Alguns vão para o trabalho diário nas propriedades rurais do entorno metropolitano recebendo R\$ 6,00 por dia de trabalho na capina. (Drumond, *A Gazeta*, 14 abr. 2002, p. 6). Esta periferia onde vivem centenas de milhares de

pessoas com histórias de vida como as já narradas, é o ponto de confluência da ineficácia do poder público com a ação incontrolada das forças do mercado. Ali viceja a cidade clandestina na qual uma gama de soluções alternativas substitui a ausência deliberada do Estado. As “gambiaras” substituem a rede elétrica e o fornecimento de água, “a arquitetura da invasão constrói a não-casa, o perueiro dirige o não-ônibus”, ali é o espaço do não-cidadão. (Moura, 2000, p.202).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de superexploração do trabalho braçal verificadas no Brasil atual não podem ser tomadas, a nosso ver, como análogas às relações de trabalho existentes entre os séculos XVI e XIX no Brasil. Não se trata de uma sobrevivência do passado, mas expressão de uma virtualidade dessa sociedade moderna que tem atingido mesmo áreas aparentemente insuspeitas (Martins, *Travessia*, jan./abr. 2004, p.5) como a agroindústria e reaparecido com triste frequência por todo o país, mesmo nas regiões metropolitanas do sudeste brasileiro.

O traço de permanência possível de ser observado entre o passado e o presente é outro. Ele não está na tentativa de confronto, ou de comparação entre o modelo de exploração de mão-de-obra legal extinto no século XIX e a prática criminosa e moralmente condenável verificada hoje; mas sim na perpetuação de uma brutal distância social entre ricos e pobres que torna o país, nas palavras de Hobsbawm, um monumento à desigualdade social.

Nossos historiadores, que são os mais perspicazes do globo, inventaram um método para corrigir o acaso; consta que as operações desse método são (em

geral) fidedignas; embora, naturalmente, não sejam divulgadas sem alguma dose de engano. (Borges, 2007, p.60).

* **Vitale Joanoni Neto é Prof. Dr. ligado ao PPGH do Depto. de História/ICHS/UFMT em Cuiabá MT.**

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt
(2005) *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BORGES, Jorge Luis
(2007) *A loteria na Babilônia. Ficções*. São Paulo: Cia das Letras.
- CASALDÁLIGA, Pedro
(1971) *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix, 10 out. Disponível em <http://alternex.com.br/~prelazia/igreja.htm> (acesso em 30 maio 2003).
- CIMI
(1988) *Amazônia e a investida do capital. América Latina 500 anos de conquista*. São Paulo: Ícone editora, nº2.
- CPT/PI; FETAG/PI; Pastoral do Migrante e DRT/PI
(2004) *Campanha de prevenção ao trabalho escravo e combate ao aliciamento de trabalhadores no Piauí*. Mimeo, [nov.].
- D. PEDRO CASALDÁLIGA
Entrevista a Ana Cristina D'Angelo, dez. 2007.
- DRUMOND, Ana
(2002) *Bolsão no Jardim Esmeralda*. *A Gazeta*, Cuiabá, 14 abr. Caderno B. p. 6.
- FOLHA DO ESTADO
(2002) “Mato Grosso tem muitos miseráveis”. *Folha do Estado*, Cuiabá, 1º set. Cidades, p.22. Dados da FGV.
- MARTINS, José de Souza
(1998) “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil*. v. 4, São Paulo: Cia. das Letras.
- MARTINS, José de Souza
(2004) “Frentes de Expansão. Os novos espaços dos velhos problemas”. *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo: CEM - Centro de Estudos Migratórios, ano XVII, n.48, p.5-8, jan./abr.
- MOURA, Rosa
(2000) Cinco séculos de desigualdades na apropriação do solo urbano. In: SOUZA, Álvaro; SOUZA, Edson e MAGNONI Jr., Lourenço (orgs.). *Paisagem, território e região. Em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOESTE.